

BRASIL: COMEMORANDO O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA POR ENTRE MEMÓRIAS DIVIDIDAS: A DISPUTA ENTRE IDENTIDADE NACIONAL E IDENTIDADE REGIONAL, 1922

Gerson G. Ledezma Meneses¹

O 7 de Setembro, fundador da nacionalidade?

Em meados do século passado a historiografia estava ainda repensando o processo de Independência, tendo como marco inicial a obra de José da Silva Lisboa, **História dos principais sucessos do Brasil dedicada ao Sr. Pedro I**, publicada em 1827. Esta obra teria sido sugerida por D. Pedro I em 1825 quando se desgastava a sua imagem. José da Silva Lisboa atribuiu à pessoa de Pedro I papel central no processo de Independência. O acontecimento fundador foi transformado em espetáculo, num processo de agregação de sentidos capaz de conferir magnitude ao que poderia ser tomado como acidental ou mesmo desimportante. Delineava-se assim o registro do grito do Ipiranga como momento definidor da criação da nova nacionalidade. Depois de Silva Lisboa, e contra a perspectiva fixada em sua obra, a Assembléia e os liberais fundaram outro marco de identidade nacional após a abdicação de D. Pedro I em 1831.

Na intenção de demarcar a virada ocorrida no 7 de abril, em outubro de 1831 a Assembléia regulamentou as novas datas nacionais. Desaparecia o 12 de outubro, dia da aclamação de Pedro I e de seu aniversário, data que tanto ligava o monarca à América, e se fixou o 7 de abril como data nacional. Além disso, reconhecia-se o aniversário do imperador-menino, Pedro II, a 2 de dezembro. No discurso liberal, o 7 de abril recuperava o 7 de setembro, a noção de independência, o encerramento de um governo português que Pedro I passava a encarnar. Neste sentido, o movimento de 7 de abril foi

¹ Doctor en Historia; Profesor de Historia de América junto al Departamento de Historia de la Universidad Federal del Ceará, Fortaleza, Brasil.

considerado uma *regeneração*, quando o Brasil reencontrava seu verdadeiro rumo, proclamado no 7 de setembro. Uma série de festas em nome da abdicação comemorou essa regeneração, sobretudo no sudeste do país, reavivando um compromisso patriótico de cada brasileiro. E, ao mesmo tempo, celebrava-se pela primeira vez o Império do Brasil, ao suprimir-se a *persona* de Pedro I. Em 1825 havia sido proposto um projeto de estátua equestre de D. Pedro I, mas a vitória dos liberais sobre o absolutismo do monarca aposentou o projeto².

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, legitimou o projeto monárquico e deslegitimou todas as tentativas de estabelecimento de um regime com características republicanas. Papel importante, neste sentido, cumpriu a reavaliação da revolução pernambucana de 1817 na obra de F. Varnhagen. O chefe da insurreição foi apresentado como falsário e criminoso; os pernambucanos, quase solitariamente, contrapunham-se à memória construída pelo IHGB elaborando uma imagem nacional republicana e antilusitana, mas permaneceram enclausurados num discurso regional, incapaz de abalar o sólido edifício que fez da Monarquia o artífice principal da nação. Varnhagen realçou de novo a data do 7 de setembro, porém, o episódio ainda era apresentado sem maior importância. O autor registra rapidamente o episódio do grito do Ipiranga, sem atribuir-lhe maior força épica; e vale acrescentar que todos os detalhes acerca do grito do Ipiranga foram de autoria do Barão do Rio Branco³.

O debate em torno da Independência, na década de 1860, sugere a existência de certa tensão entre os vários grupamentos enfrentados em torno de problemas como a

² Iara Lis Carvalho Souza, **Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831**, São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1999, capítulo 7.

³ Na edição de 1916 da **História da Independência** (Revista do IHGB), o episódio do Ipiranga foi registrado em nota pelo Barão do Rio Branco, na qual descreve minuciosamente a hora, os gestos e indica os homens que acompanharam o príncipe no momento da declaração de independência. A referida nota recebeu o número 13 (A), indicando o desdobramento da nota 13, deixando certa dúvida no leitor se há alguma participação de Varnhagen na mesma. Cf. Noé Freire Sandes, **A Invenção da Nação. Entre a Monarquia e a República**, Goiânia, capítulo I, nota 11 (no prelo).

Guerra do Paraguai, o abolicionismo e o republicanismo que anunciavam uma série de críticas às instituições imperiais. O motivo da nova disputa de memórias foi a inauguração da estátua eqüestre de Pedro I, que fora proposta desde 1825. Em 1863, Homem de Mello publicou um texto avaliando as atitudes do imperador, que dissolvera a Assembléia e outorgara leis. Condenava-o pelo despotismo e, em contrapartida, enaltecia a Assembléia, defendia a importância e a isenção dos deputados diante de um imperador que, no seu entender, tornara-se autoritário. Teófilo Ottoni discordou da inauguração da estátua, chamando-a **mentira de bronze**; argumentou que Pedro I não era o herói da independência, tampouco era digno de tal homenagem. Propunha uma interpretação positiva do movimento de 1831, como um ato popular comandado pelos liberais. Ao considerar a abdicação um ato de vontade e energia popular sob liderança liberal, ao negar que a independência se devia apenas a Pedro I, ao denunciar o autoritarismo da Constituição de 1824, ele relativizava a participação de Pedro I e colaborava para o esquecimento do imperador. Em contraponto, Teófilo Ottoni encontrava uma outra linhagem histórica em que brilhavam as inconfidências desde o final do século XVIII, iniciando com Tiradentes, passando por Pernambuco de 1817 e se encerrando no grito da independência; resgatava a imagem de José Bonifácio como um instrumento da Providência que levou a cabo a patriótica conspiração de Tiradentes. Um planejara, o outro realizara a independência. De novo se discutiu o 7 de setembro de 1822 ou o 7 de abril de 1831 como a data fundadora da nacionalidade. A polêmica atingiu Tiradentes, resgatado pelos liberais como o principal artífice da emancipação e, neste sentido, o escritor Machado de Assis propôs, em 1865, que ao lado do 7 de setembro fosse lembrado o 21 de abril. Portanto, o resgate histórico de Tiradentes não foi obra exclusiva dos republicanos. Numa crônica de 1878, Machado de Assis referiu-se de novo às comemorações do Sete de Setembro; naquele ano as comemorações

cívicas haviam ganhado mais expressão, não faltando iluminação nem a presença do povo nas ruas. Segundo o cronista, parecia que o aniversário da Independência havia remoçado, porém o 7 de setembro estava muito criança.

Neste sentido, no Brasil daquela época, o Sete de Setembro ainda era pensado como data recente e mal-assimilada, pois a Nação ainda estava inventando sua história e sua memória, com base na fruição do dado emotivo, romântico, como elemento mobilizador da imaginação nacional, que depende mais das cores e imagens românticas do que propriamente da veracidade empírica da narrativa histórica⁴.

O pintor Pedro Américo reforçou a visão romântica do episódio da Independência com o grande óleo *O grito do Ipiranga* exposto em Florença em 1888. O quadro faz parte da memória que os homens do Império queriam registrar: o Brasil em tom solene, marcial, heróico; ambientado num cenário marcado pela forte presença dos cavalos, pela face sombria dos soldados e pelo gesto heróico de Dom Pedro I. Um ano depois, com a queda do Império, a tela desapareceu do cenário público e foi esquecido por um bom tempo.

Decorridos 33 anos da queda do Império, pôde o quadro cumprir sua destinação cívica: o Museu do Ipiranga reservou para o quadro lugar especial, constituindo o centro simbólico de todo seu acervo (...) A Independência assume, portanto, um tom romântico, aproximado o Brasil dos movimentos nacionais europeus, imagem apropriada ao gosto e ao ideário monárquico e republicano⁵.

A República preocupou-se em reduzir a importância da comemoração do 7 de setembro tentando fixar o 15 de novembro de 1889 como a data maior da nacionalidade. Travou-se uma batalha pela memória em que José Bonifácio foi contraposto a Dom Pedro I e se enfatizou a idéia republicana dos levantes contra o Império e, inclusive,

⁴ Iara Lis Carvalho Souza, **op. cit.**, pp. 351-365.

⁵ Idem, p. 80.

contra o regime colonial, como Pernambuco em 1817. A construção do mito das origens, fundamental na estruturação de qualquer sociedade, tornava-se particularmente sensível no caso do regime republicano, cujo problema básico era o da legitimidade. A proclamação parecia um simples golpe militar, cuja repentina ocorrência levantava a suspeita da ausência de uma forte tradição republicana no país. Além do mais, as forças armadas não tinham, até então, atuação política reconhecida na história nacional. Era preciso deixar claro que a República não fora obra do acaso ou do capricho dos militares, mas sim fruto de memoráveis acontecimentos passados. O ideal republicano teria sido uma presença constante ao longo da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, Farrapos e a Balaiada, para finalmente concretizar-se em 1889, como a culminação de um longo processo.

A República recolocou a disputa da memória em torno de duas datas fundadoras, o Sete de Setembro de 1822 e o 7 de abril de 1831. Ao comemorar o primeiro aniversário da República, o presidente Deodoro da Fonseca apontou o 15 de novembro como o marco inaugural da verdadeira nacionalidade, dia de se comemorar a pátria brasileira. Evocando tradições liberais, a **Gazeta de Notícias** propunha celebrar o 7 de abril, data em que se havia operado no país a mais honrosa convulsão. A memória de 1831 possibilitaria tornar a República o único ideal verdadeiro da nação inteira. Não obstante, como o 7 de setembro já estava fixado na memória nacional, havia então que aceitar a data, eliminando certas arestas comprometedoras; o governo republicano buscou uma certa conciliação com o passado monarquista. A dificuldade desta conciliação entre as memórias monarquista e republicana aparece no conflito ocorrido na comemoração do 21 de abril de 1893, quando membros do Clube Tiradentes cobriram com tapumes a estátua de Pedro I – conhecida desde a década de 60 como ‘a

mentira de bronze'. Essa atitude gerou forte controvérsia e um conflito aberto dissolvido pela polícia. Para encerrar a polêmica contentando a todos a prefeitura da cidade deu à praça em que permaneceu o monumento a D. Pedro I o nome de Tiradentes. Admitida a impossibilidade de eliminar o imperador da memória nacional, o discurso republicano adaptou a comemoração do 7 de setembro aos novos tempos. Era preciso identificar o que poderia ser salvo e o que deveria ser esquecido:

Enquanto D. Pedro I foi execrado como um estróina, irresponsável, oportunista, José Bonifácio foi devidamente resgatado e guindado a uma posição preponderante. Cientista, brasileiro, favorável ao fim da escravidão, amante da ordem, o denominado 'Patriarca da Independência' representaria a síntese das correntes que construíram a Nação brasileira. Sacrificara a República, é certo, mas em prol da estabilidade e mesmo da existência da Pátria. O 15 de novembro viria coroar seus esforços⁶.

Desde, pelo menos 1895, a comemoração do 7 de setembro caracterizou-se pelas paradas militares, numa clara intenção de aproximar a festa da República e de romper a identificação entre Independência e Monarquia. Assim, festejado pelos monarquistas como o símbolo mais evidente da liberdade da Pátria, e devidamente enquadrado numa moldura republicana, aproximava-se a comemoração do centenário do 7 de Setembro.

A colagem das memórias e a unidade nacional

O presidente Epitácio Pessoa tinha consciência da insuficiência das ligações nacionais entre os Estados da Federação. Pensava que o problema da pobreza em várias regiões do país, em contraste com a riqueza do Sul, poderia fragmentar ainda mais o país onde estavam se enfrentando quase todos os Estados por pendências limítrofes. Teria certamente percepção de que entre os brasileiros não havia um exclusivo lugar de

⁶ Marly Silva da Motta, **A Nação Faz 100 Anos: A Questão Nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 16.

memória como data fundadora da nacionalidade; a história do Brasil oscilava entre os lugares de memória monárquicos e republicanos. Fazer uma colagem entre as duas memórias foi seu objetivo, e um dos primeiros passos neste sentido foi o decreto de 1920 pelo qual o governo trouxe da Europa os restos mortais do imperador Pedro II e da imperatriz Isabel Cristina. A volta do Imperador significava assim, para o presidente, um símbolo de reconciliação entre o passado e o presente, na tentativa de criar definitivamente um destino comum⁷. Ao Rio de Janeiro chegaram, em 1921, os despojos mortais dos imperadores Pedro II e Teresa Cristina, e em 1922 os familiares ainda vivos, exilados na França, dando uma demonstração inequívoca de aproximação entre Império e República⁸.

Desta maneira, o presidente visava a unidade nacional baseada na continuidade histórica. A memória da Monarquia, por meio dos despojos mortais de D. Pedro II e Isabel Cristina, devia fazer presença na festa comemorativa do Primeiro Centenário da Independência. Tratava-se de apaziguar velhas rivalidades entre facções políticas republicanas, ou entre estas e outras de caráter insurgente, ou ainda entre velhos monarquistas, como ele, e aqueles republicanos mais intransigentes. Fervoroso admirador do Segundo Reinado, especialmente de Pedro II, a intenção do presidente era fazer uma colagem das memórias dos dois regimes para reforçar a imagem de unidade nacional. Isto implicava em colagens e justaposições de personagens.

Nesta ponencia examinaremos como a comemoração do Primeiro Centenário da Independência suscitou uma ardente disputa pela definição da data fundadora da nacionalidade brasileira, manifestada pela imprensa em vários Estados brasileiros. Em alguns Estados, as elites afirmavam que suas regiões haviam passado por fatos

⁷ Mensagem ao Congresso Nacional in **Obras Completas de Epitácio Pessoa**, tomo XVII, **op. cit.**, “Despojos mortais do Imperador”, pp. 205-207.

⁸ “A ex-família imperial vem assistir aos festejos comemorativos” in **O Paiz**, 19-08-1922.

históricos de igual ou maior importância do que aquele do 7 de setembro; por isso, o cerne da nação brasileira também se encontraria nestas regiões. A Festa do Centenário da Independência brasileira não mostra apenas a manipulação da memória coletiva na tentativa de unificar a memória nacional. Cada grupo cultiva a sua memória, memória que ainda vive em diferentes atores sociais e, inclusive, na memória individual.

Recife: entre a comemoração de 1817 e 1822

No momento da comemoração do Primeiro Centenário da Independência, o discurso da elite pernambucana letrada na imprensa consultada para a elaboração deste capítulo não demonstra convicção acerca da unidade nacional e, menos ainda, que os Estados do Sul e do Sudeste fossem os porta-vozes da brasilidade. Embora existisse um grande território politicamente organizado e um Estado poderoso, faltava a unidade moral e mental do povo e esta, segundo um jornal de Recife, só podia se alcançar por meio da escola. Os preparativos para a celebração do Centenário foram cuidados na última hora; a cidade fora palco de graves distúrbios, com intervenção federal, nas eleições estaduais de 27 de maio. O desfile patriótico do dia sete de setembro recebeu duras críticas pela desorganização: a parada militar coincidiu com as festas escolares, e a prefeitura permitiu o trânsito de veículos particulares durante os desfiles. O Instituto Arqueológico e Geográfico, na rua do Hospício, por onde passou o desfile, permaneceu fechado, “como se nada estivesse acontecendo naquela ocasião, em que o povo, irmanado nos mesmos sentimentos da liberdade, prestava a sua significativa homenagem à data da independência”⁹.

A página central do jornal **A Província** mostrou a alegoria da República com a bandeira brasileira na mão direita. À esquerda, num medalhão, a imagem de Pedro I e na

⁹ **Jornal do Recife**, Recife, 08/09/1922.

mesma direção, abaixo deste, a foto de Eptácio Pessoa. Na parte inferior desta página central, o escudo do Império e à direita o da República. Pareceria que os propósitos dos organizadores da festa comemorativa do Rio de Janeiro, de conciliação entre os lugares de memória das duas instituições, estavam sendo alcançados, mas os textos da festa escrita contradizem as imagens do jornal.

Um artigo de Mário Mello ressaltou fatos da história pernambucana anteriores ao Grito do Ipiranga: “Quando o Príncipe deu o grito de independência, já estávamos emancipados desde o 26 de outubro de 1821; mesmo que o resto do Brasil continuasse colônia, Pernambuco seria Estado independente. Basta examinar a freqüência dos fatos”. Os pernambucanos eram os criadores do nacionalismo, da pátria livre, eles haviam sempre lutado pela liberdade; já em 1710 os pernambucanos se levantaram contra o governo de Castro e Caldas, obrigando-o a retirar-se da Capitania, e no Senado da Câmara de Olinda um emancipacionista propôs a independência. Na rebelião de 1817, durante mais de 70 dias Pernambuco e as capitanias aliadas haviam permanecido livres. O jugo lusitano fora reposto à costa de muito sangue; logo mais o levantamento da Vila Goiana forçaria o Capitão General a abandonar o governo e embarcar para a Europa a 26 de outubro de 1821. De tal maneira,

quando nos chegou a notícia do grito do Ipiranga, já os portugueses não nos governavam. Para nós pernambucanos, o 7 de setembro não tem o alto valor que lhe dão os outros Estados. Com d. Pedro ou sem d. Pedro; com o 7 de setembro ou sem o 7 de setembro; com o grito do Ipiranga ou sem o grito do Ipiranga, Pernambuco tinha de ser independente, ainda que desmembrado do Brasil. E já o era de fato desde 26 de outubro de 1821, data em que elegeu a Junta de Governo e em que Luiz de Rego se fez de vela para Lisboa. Um povo que com suas próprias forças expulsou os invasores holandeses, no século XVIII; que projetou constituir-se em força republicana, no século XVIII; que organizou uma

revolução nos moldes da de 1817, não podia mais sujeitar-se à condição de colônia no século XIX¹⁰.

Assim, no ato de plantação de três árvores na Faculdade de Direito, em que se deu a uma delas o nome do presidente da República em agradecimento pelos serviços por ele prestados ao Norte do país, o discurso do Dr. Netto C. descreveu Pernambuco como terra tradicional das liberdades, símbolo de recordações imortais que, nesse ano, comemorava em todos os cantos e recantos de seu território o hino nacional e cívico da independência nas escarpas de seus montes, nas estrelas de seu céu, na correnteza de seus rios, no sussurro animador de seus canaviais e de seus coqueirais, nos pródromos da maioria política de Guararapes, no Arraial do Bom Jesus, nas memoráveis épocas de 1810 e 1817, irmãs da de 1789 na Inconfidência Mineira. "Da obra colossal de destemidos pernambucanos resultou a unidade do Brasil". Era a Pernambuco, portanto, nos assomos de heroísmo de seus filhos, na guerra holandesa, e no espírito de nacionalidade desenvolvida em 1710, na Guerra dos Mascates, em 1817, em 1821 e em 1824 que se devia a unidade nacional, insculpida no sangue dos seus mártires, precursores da Independência, da República e da Liberdade, espinha dorsal da raça e da nacionalidade em Cinco Pontas, Casa Forte, Tabocas, Guararapes e em vários recantos do Recife;

Foram os pernambucanos, meus senhores, os construtores do edifício gigantesco de nossa nacionalidade com a preocupação constante de combaterem por Deus e pela Pátria, destacando, luminosamente, seus vultos heróicos nesta galeria privilegiada da história dos nossos grandes homens. Na psicologia de tais acontecimentos e façanhas, já se descobre a prioridade de Pernambuco na asseveração da Independência, que efetuou um anelo de que os pernambucanos deram, no Brasil, o primeiro exemplo. Por tudo isto ainda aqui me parece

¹⁰ **A Província**, Recife, 07/09/1922.

acertado aplicar o que bem percebeu Oliveira Lima nesta expressão: ‘Dizer história do Brasil é dizer história de Pernambuco’¹¹.

No salão de honra do Ginásio Pernambucano realizou-se uma sessão solene presidida pelo presidente do Estado. O professor Oswaldo Machado dissertou por uma hora analisando a história política do Brasil, “criticando finalmente o direito de que se arvora São Paulo apresentando José Bonifácio como o patriarca da Independência, em detrimento da verdade histórica”¹². Cinco anos atrás Pernambuco havia comemorado de maneira grandiosa o centenário da Revolução de 1817; as elites da região preferiam continuar a lembrar aquela data agora em 1922.

A opção dos pernambucanos se concentrou nas comemorações do centenário da revolução de 1817, cuja memória afastava a possibilidade de comemoração, em datas tão próximas, dos dois eventos. O Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco não dedicou sequer, em suas revistas, um número especial em comemoração ao centenário da independência, mas compôs um número dedicado à história pernambucana¹³.

Pernambuco realçou mais o centenário de 1817 do que o de 1822, demarcando o seu papel pioneiro na defesa de ideais libertários e republicanos. A memória de 1817 se nutria de outras como 1710, 1821 e 1824 como datas chaves da construção da nacionalidade brasileira. As festas faladas pernambucanas associavam datas e locais de seu território, encadeando lugares de memória de lutas contra os holandeses e contra a Coroa portuguesa de Lisboa e do Rio de Janeiro. A resistência contra o sentido apontado pelas comemorações oficiais do Rio de Janeiro é clara. O **Jornal do Recife** publicou um retrato de Pedro I e o quadro de Pedro Américo, mas argumentou que as glórias do passado não se encontravam apenas no Sul, pois “Pernambuco é um dos Estados que

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

¹³ Noé Freire Sandes, **op. cit.**, p. 106.

mais deu sangue e heróis para esta pátria que ontem se apresentou ao mundo com cem anos de vida livre e grandes progressos”.

Enquanto as relações sociais dos Estados poderosos como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul estavam em transição de uma estrutura “vertical” de tipo patrão-cliente e de parentesco para uma forma mais “horizontal”, baseada na associação voluntária e no interesse econômico, no Nordeste as configurações políticas permaneciam amarradas a antigos valores e estruturas mediterrânicas, dos quais a família extensa era a espinha dorsal. No Nordeste economicamente indiferenciado, a distinção entre as famílias e o povo era o equivalente aproximado daquela existente entre “classe” e “massa” em São Paulo e Rio de Janeiro no mesmo período¹⁴.

Assim, a festa do Centenário da Independência não foi cenário apenas da disputa de memórias entre o Nordeste e o Sul, mas também entre famílias e Estados nordestinos. Para Pernambuco, aderir à versão oficial da memória nacional significava abandonar sua posição como Estado líder da região. A República reduzira Pernambuco a uma situação nacional de segunda ordem, expondo-o à ameaça permanente da intervenção federal. Segundo Joseph Love, o declínio político de Pernambuco sob a Federação abrangeu quatro fases distintas. O Centenário teve lugar no terceiro período, iniciado em 1911 quando o esquema político de Francisco de Assis Rosa e Silva e das oligarquias vizinhas da Bahia, Sergipe, Alagoas e Ceará foram derrubadas pela campanha *salvacionista*, muito embora todos esses Estados tivessem apoiado o candidato vencedor, Hermes da Fonseca, na campanha presidencial de 1910. O descaso federal, a renovada intervenção militar e acerbos cisões políticas locais assinalaram o período, durante o qual Pernambuco manteve uma fachada de influência nacional (deteve a Vice-Presidência de 1922 a 1926), ao passo que a sua capacidade de manipular a política de coalizão regional

¹⁴ Idem, pp. 200-201.

rapidamente se dissipava por seu declínio econômico em relação aos Estados do Centro-Sul. A perda da influência política nacional e regional de Pernambuco decorria do declínio geral do Nordeste, do seu isolamento geográfico, atraso tecnológico e incapacidade de unir-se por interesses comuns. O elevado índice de analfabetismo da região contribuía para o inevitável distanciamento entre o Nordeste e o Sul.

O tradicional domínio de Pernambuco na produção nacional de açúcar diminuiu substancialmente com a proliferação de refinarias no Sul. A economia agrícola nordestina, enraizada numa hierarquia social estratificada, resistia à mudança; seus canaviais ocupavam apenas uma estreita faixa cercada pela caatinga hostil, restringindo a formação de um mercado interno para os bens e serviços costeiros; além disso, a agricultura nordestina, embaraçada por precários recursos de transporte e pela estrutura social rígida, jazia à mercê de forças sobre as quais tinha pouco ou nenhum controle. Uma das maiores dificuldades dos lavradores do Nordeste era a falta de crédito agrícola. Em 1893 o presidente de Pernambuco declarou que a economia local não suportaria o peso representado pelos pequenos impostos que o Estado era obrigado a lançar por falta de socorro federal. Sucessivas administrações estaduais aumentaram aquela carga, evitando sempre um imposto sobre a propriedade agrícola, mas lançando impostos e tributos sobre vendas comerciais, licenças, armazenagem, documentos, transportes, lucros comerciais, indústrias e profissões. A orientação política de Pernambuco pautava-se pelo esforço de preservar o domínio da região e estender seu controle econômico sobre os Estados limítrofes, mantendo velhas rixas com os vizinhos.

Desde o Primeiro Reinado Pernambuco exigia a restituição da Comarca de São Francisco: 142.611 km², compreendendo 13 municípios desligados de Pernambuco como castigo pela rebelião de 1824 e cedidos primeiro a Minas Gerais e depois à Bahia. Os Estados procuravam obter, com ardis, o controle de sub-regiões isoladas de Estados

contíguos: Pernambuco disputava com a Bahia a região de Petrolina, no São Francisco; com Alagoas, a zona entre Paulo Afonso e Bom Conselho; com a Paraíba os produtos do sertão oriental e central. Os políticos pernambucanos tentavam ampliar a influência econômica do Estado estendendo suas ferrovias até o Piauí, Ceará e Paraíba, enquanto denunciavam a pressão econômica de outros Estados sobre suas fronteiras¹⁵. Mergulhado no mal-estar econômico, sem esperanças de voltar a ser o Estado líder de outros tempos, Pernambuco, tratava de inventar ou atualizar um pretérito repleto pelas glórias passadas na tentativa de conseguir ao menos respeito e liderança sócio-cultural. A festa era a usina ideal de fabricação de pretéritos gloriosos, respondendo à angústia das elites pernambucanas;

durante toda a era republicana, porta-vozes de Pernambuco entenderam conveniente apoiar a causa da unidade regional como meio para obstar ao domínio cada vez maior do Centro-Sul. Citando precedentes históricos (as revoltas de 1817, 1824, 1831 e 1848-49), os representantes estaduais elaboraram uma tradição de ativismo nordestino (...) Os intelectuais pernambucanos colocavam o Recife no centro de seu universo regional. O fenômeno alimentava opúsculos como **O Nordeste: Pernambuco centro e origem de toda civilização nordestina**, de Dácio de Lyra Rebello, hino de louvor aos antigos dias de grandeza, quando Pernambuco administrava todo o território que se estende de Alagoas ao Ceará¹⁶.

Mato Grosso: barbárie e identidade regional

1922 significou um ano especial na construção da identidade mato-grossense. Isoladas numa região estigmatizada como o lugar da barbárie, as elites locais recorreram às raízes bandeirantes paulistas e incorporaram a imagem do sertão como centro da brasilidade em contraposição ao litoral decadente. O Mato Grosso aceito como sertão

¹⁵ Robert Levine, “Pernambuco e a Federação brasileira, 1889-1937”, in Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 8, **op. cit.**, pp. 122-151.

¹⁶ Idem, pp. 134, 140.

tornava-se o lugar das reservas morais e naturais. Os discursos enalteceram o papel de D. Pedro I, porém deram maior destaque às figuras de Tiradentes, de Felipe dos Santos, de José Bonifácio, brasileiros que não evocavam a Monarquia e as ligações com Portugal. Outras datas fundadoras da nacionalidade foram destacadas: a Inconfidência Mineira e as revoluções pernambucanas, especialmente a de 1817. As campanhas de desenvolvimento empreendidas pelo presidente Epitácio Pessoa foram saudadas como a salvação da população doente e analfabeta.

O discurso local se espelhava naquele do litoral que louvava o interior do país e resgatava os sertanejos como sinônimo de brasilidade. O governo federal queria atrair maiores contingentes à nova ordem de progresso e de civilização criando cidadania pela melhoria das condições sanitárias, fortalecendo a construção do Estado nacional que incluía programas de incorporação dos indígenas do Mato Grosso ao sistema republicano mediante o ensino da língua e dos deveres cívicos.

O Mato Grosso do Centenário, uma região?

Edmundo Heredia identifica a região por:

1- Sua **participação** num determinado espaço, obviamente maior do que o próprio, no qual coexiste com outras unidades. Assim, não se considera região um espaço isolado, senão co-participando com outros num processo histórico que vincula entre si as partes do conjunto.

2- Sua **especificidade** própria, seja pela homogeneidade interna e intrínseca, ou por criar uma identidade deliberada, segundo um plano, ou ainda pela existência de um centro hegemônico que lhe dê consistência e lhe sirva de referência ante os outros espaços, de modo que, ao diferenciá-lo dos demais, o identifica. A combinação ou

harmonização de elementos geográficos, étnicos, sociais ou culturais determinam a homogeneidade que caracteriza a região. Também o fato de ocupar uma posição marginal, central, periférica frente a um centro, ou de sofrer pressão exercida em razão de problemas estratégicos, ou ainda por ser geradora ou cenário de conflitos são características que conformam o princípio da especificidade.

3- Seu **papel inter-relacionador** de si mesmo com outros espaços, sejam ou não regiões, ou de outros terceiros espaços entre si.

Por tanto, participación en un espacio mayor, especificidad distintiva de otras unidades espaciales y carácter vinculante o interrelacionante con otras unidades espaciales, son rasgos distintivos que deben contribuir a identificar regiones en el contexto latinoamericano¹⁷.

Podemos perguntar se o Mato Grosso, em 1922, se encaixaria nesta definição de região. Em primeiro lugar, deveria ter estado ligado ao concerto das outras regiões, num empenho por participar do processo histórico nacional. A participação cultural e econômica não era tão evidente, na época do Centenário, como a participação política. Os governos federal e estadual queriam dar unidade ao território por meio de dispositivos simbólicos e programas de desenvolvimento econômico, criando vias de transporte que integrassem mercados. Os discursos do Centenário mostram como as elites de Cuiabá e de outras cidades buscavam melhorar as condições econômicas da região para poder participar em qualidade de Estado, em igualdade de condições frente aos demais. Sem vias de comunicação não poderiam circular facilmente as idéias, a modernidade; e, sem saúde, o povo permaneceria facilmente manipulado pela

¹⁷ Edmundo Heredia, "Reflexiones sobre el espacio y las comunicaciones en América Latina" in Edmundo Heredia et al., **América Latina: Isla o Archipiélago. El rol de las vías de comunicación en la estructuración espacial latinoamericana**. Córdoba, CIFYH, 1994, pp. 19-21.

engrenagem política republicana, o Mato Grosso continuaria subjugado às políticas dos Estados hegemônicos.

Quanto ao princípio de especificidade, os mato-grossenses haviam adquirido identidade frente a outras regiões como o centro da barbárie; seu empenho era livrar-se de tal estigma. Apenas recentemente o litoral letrado estava reavaliando o sistema de vida dos sertanejos. Os mato-grossenses haviam iniciado, a partir de 1919, a construção de sua nova identidade opondo heróis, lutas e mitos próprios ao estigma de barbárie. O Centenário permitia caracterizar favoravelmente o Mato Grosso no contexto nacional, chamando a atenção do governo central para os problemas mais urgentes da região.

Finalmente, a inter-relação era mínima com os outros Estados da União e, inclusive, entre Cuiabá e o sul do Estado que estava sendo melhor integrado ao Estado nacional pela ferrovia São Paulo - Corumbá. Tratava-se de um Mato Grosso sem inter-relação com outros Estados e consigo próprio. Neste sentido, era um Estado enorme, carente de vias de comunicação que permitissem converter suas partes afastadas em verdadeiras regiões integradas entre si e em diálogo com o Estado nacional.

Pensado como parte do sertão, Mato Grosso era estigmatizado como o lugar da barbárie, cheio de gente doente, uma raça inepta para o trabalho num meio repleto de riquezas naturais, faltando apenas braços imigrantes que tirassem a região do atraso. Clima, raça e doenças conjugavam-se com a instabilidade política que marcou a região entre 1889 e 1906; os relatos e comentários da imprensa carioca marcaram as elites intelectuais e políticas mato-grossenses que já não suportavam conviver com o mal-estar cultural provocado “pela dolorosa consciência de viver num lugar atrasado, distante dos avanços da civilização, e ainda por cima estigmatizado como bárbaro e violento (era) um momento crucial no qual se acentuam as incertezas, angústias e medos em relação ao

futuro, e no qual, simultaneamente, são mobilizadas as energias intelectuais e afetivas que impulsionam a redefinição de sua identidade coletiva”¹⁸.

Nos grandes centros, a intelectualidade começava a rever sua opinião acerca dos sertões graças à leitura de **Os Sertões** de Euclides da Cunha, mesmo se até bem entrada a década de 1910 ainda seguiam os paradigmas culturais da França e da Inglaterra. “Era preciso quebrar este constrangimento externo e voltar-se para as raízes brasileiras. Era preciso inventar a autenticidade - buscar raízes nacionais em um passado histórico ou imemorial (mitos). O mito da pureza cultural se acopla ao espírito do povo, o popular passa a ser o *locus* da autenticidade”¹⁹.

Litoral & Sertão no discurso comemorativo

Manoel Paes de Oliveira resenhou a história do país, centrando-se na conquista dos sertões pelas bandeiras; os sertões, terra de vastos horizontes, habitada de gente simples, nobre e generosa, filhos da mesma pátria que os governos tinham abandonado e esquecido. A civilização brasileira deveria inclinar-se decididamente, rejeitando o litoral corrompido, ameaçado de desnacionalizar-se, pela originalidade do sertão. Nestas terras, na vida sertaneja, na riqueza da sua terra, na grandeza de seus rios, na majestade de suas cachoeiras, nas suas verdes e infindáveis planícies, na energia varonil de seus filhos estava a solução de todos os males, o remédio para os erros e a imprevidência, a chave de ouro para a prosperidade, a vanguarda gloriosa do progresso da pátria. Somente com uma política de expansão para a imensidade dos sertões far-se-ia realidade a integração geográfica do Brasil,

¹⁸ Idem, pp. 61, 69.

¹⁹ Lucia Lippi Oliveira, "Questão nacional na Primeira República" in Helena Carvalho de Lorenzo & Wilma Peres da Costa (orgs.), **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1997, pp. 185-193.

que ainda é um enorme corpo em grande parte desarticulado, unindo os nossos corações com os da gente sertaneja para uma defesa perfeita e uniforme das nossas incalculáveis reservas físicas e morais, tornando, enfim, maior a Pátria dentro da própria Pátria (...) seremos um grande povo atingindo a glória de um destino invejável, um Brasil republicano e unido, opulento e forte, livre dos instintos inferiores da ambição, na suprema perfeição moral e material da sua grandeza futura²⁰.

O discurso encadeou 1720, 1792 e 1889, privilegiando a figura de José Bonifácio e as idéias republicanas. Enalteceu a República e o Presidente Epitácio Pessoa que estava levando ao Mato Grosso vias de comunicação e campanhas de saúde pública. Em outro discurso, Manoel Paes de Oliveira expôs a importância dos movimentos em prol do saneamento: sanear o Brasil significava implicitamente sanear o país desde o ponto de vista político,

tirando-nos dessa execrável escravidão que é o domínio sobre nós, cada vez maior do capital estrangeiro e a influência deletéria das nossas cidades onde o industrialismo político montou guarda para dissolver o caráter e degradar a democracia brasileira, levando para a miséria e decadência uma nação de trinta milhões de almas²¹.

Nesse discurso anti-urbanista não cabiam muitas homenagens ao imperador Pedro I e aos demais lugares de memória do litoral. A arenga comemorativa expunha a convicção de que no sertão estavam as esperanças de se construir uma nova nação.

As memórias divididas

O **Correio do Estado**, de Cuiabá, privilegiou em seu editorial o papel de Dom Pedro I. No entanto, e na mesma página, Roderico Voia lamentou que o 7 de setembro fosse o marco comemorativo da Independência. Havia que respeitar tal feito sem

²⁰ **O Matto-Grosso**, Cuiabá, 17/09/1922, pp. 1-2.

²¹ “O saneamento do Norte” in **O Matto-Grosso**, Cuiabá, 06/08/1922.

desconhecer outros precursores da emancipação como a Inconfidência, as revoluções pernambucas e a figura dos Andrada. José Bonifácio era merecedor do cetro e da coroa arbitrariamente oferecidos a dom Pedro I. A fórmula política a seguir deveria ter sido a República calcada nos moldes dos vizinhos do Prata e não a Monarquia que

deixou-nos apenas na metade do caminho dos desígnios históricos que o destino nos traçara, retardando-nos de sessenta e sete anos a conquista imperecível do 15 de novembro (...) O 7 de Setembro seria muito mais imponente, falaria muito mais de perto aos sentimentos democráticos do povo brasileiro, se tivesse sido epilogoado pela constituição do regime republicano, como o anunciavam todos os fatos que o procederam²².

Se o Brasil era ainda ‘um corpo desarticulado’, somente unindo os corações litorâneos e sertanejos era possível criar um Brasil republicano e unido. Os sertanejos deveriam ser incorporados ao sistema político administrativo do Brasil; os interesses das elites regionais deviam ser estimulados com as vias de comunicação e outras obras de infra-estrutura. O sertão já não queria ser o *Grande Hospital*. Os discursos do Centenário em Cuiabá e no Acre, reconhecendo ou não o 7 de setembro como data fundadora da Nação brasileira, manifestaram indiferença perante a Monarquia e louvaram os programas de desenvolvimento colocados em marcha pela República. A festa escrita mostra que as elites regionais tinham consciência de que ainda não haviam conseguido a independência econômica e civil, exigindo da República atenção para os seus problemas.

A nova identidade

A festa escrita mostra o mito bandeirante retomado pelas elites afastadas do litoral, apresentando-se como descendentes dos bandeirantes, configurando agora

²² "Sete de Setembro" in **Correio do Estado**, Cuiabá, 07/09/1922.

cientificamente as fronteiras brasileiras. O legado das bandeiras se convertia na fonte mítica onde as elites regionais foram beber para afirmar seu papel decisivo na nova configuração da nacionalidade brasileira. Nestas regiões, as bandeiras é que desempenhavam o papel central na integração nacional.

Lylia da Silva Guedes Galetti situa o processo de constituição de uma identidade coletiva em Mato Grosso entre 1918 e 1922, período em que se exalta a raça e a geografia mato-grossense pelo Centro Mato-Grossense de Letras, fundado em 1921, e pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, de 1919; este é que organizou a festa do Primeiro Centenário da Independência. Nesta época se destaca a produção literária sobre a geografia e a história da região, assim como a comemoração do bicentenário da fundação de Cuiabá em 1919. Símbolos decisivos foram manipulados pelas elites nesta etapa de criação da identidade coletiva da região. No bicentenário se cantou pela primeira vez o hino estadual, colocou-se em exibição o brasão da cidade e se enalteceram vários heróis, como Rondon, que vinha recebendo homenagens desde que iniciara as obras das linhas telegráficas. Em 1921 um deputado de Mato Grosso apresentou à Assembléia dos Deputados um projeto de lei autorizando o governo estadual a trasladar os restos mortais do coronel Ricardo Franco de Almeida à capital, diligência que seria feita até setembro de 1922 para comemorar o Centenário²³. Segundo o livro de Virgílio Correia Filho, **Mato Grosso**, publicado em 1922 para comemorar o Centenário,

Ser herdeiro do sangue e das tradições bandeirantes não apenas redimia a imagem negativa do mato-grossense, conectando-o com um passado épico da história da nação, como também assegurava a Mato Grosso, no futuro, a

²³ "Um belo projeto" in **Correio do Estado**, Cuiabá, 30/10/1921.

mesma grandeza de São Paulo, cujo progresso e civilização eram atribuídos às qualidades raciais de seu povo, descendente direto dos bandeirantes²⁴.

Mato Grosso redefinia sua identidade coletiva entrelaçando histórias e mitos, heróis, natureza, raça e festas. O norte do vasto Estado esperava pelas vias de comunicação que o tirassem do isolamento que lhe valera ser estigmatizado como o centro da barbárie. Os fazendeiros esperavam a entrada das linhas de ferro com as quais suas fazendas ficariam valorizadas. Enquanto o Estado não incorporasse à região programas de vias por onde entrariam os materiais de construção de escolas, pontes, postos de saúde, símbolos e imagens da nação, a região não poderia se identificar plenamente com o governo do Rio de Janeiro.

Rio Grande do Sul entre o corpo da Região e o *Corpo da Pátria*

Por seu lado, a historiografia gaúcha de matriz lusitana sintonizou-se com a nova mentalidade impregnada de nacionalismo, obcecada pela unidade nacional. Já na década de 1920 inaugurava-se o discurso historiográfico que insistia na origem lusa do Estado sulino e no sentimento de brasilidade de seus habitantes. Nesse terceiro momento observa-se o esforço para criar uma imagem do Rio Grande que se assemelhe à do Brasil. A Revolução de 1930 levaria ao poder um presidente gaúcho, e é nesse contexto, principalmente nos anos 20, que cresce o interesse em demonstrar historicamente a identidade brasileira do Estado sulino²⁵.

O elemento central da construção histórica da identidade sul-rio-grandense é a Revolução Farroupilha. Desde 1930, tornou-se insistente e sistemática a negação do separatismo e do platinismo gaúchos em relação à Revolução Farroupilha. Porém, a

²⁴ Lyllia da Silva Guedes Galetti, **op. cit.**, p. 72.

²⁵ Jeda Gutfreind. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1992, pp. 9-22.

ambigüidade está presente até hoje. A historiografia de matriz lusitana fortaleceu-se com o concurso de representantes da matriz platina, na medida em que estes também afirmavam a origem portuguesa do Rio Grande do Sul, embora defendessem a existência de graus diferenciados de influência platina. Neste contexto, 1925 foi um ano chave, a partir de então todo discurso político, conferência ou trabalho historiográfico insistiria nos liames da história do Rio Grande do Sul com a história da Coroa portuguesa no Brasil²⁶.

No início da década de 20 criou-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul com o apoio do governo do Estado. Na solenidade de inauguração esteve presente Getúlio Vargas, representante da Assembléia dos Deputados. Os objetivos anunciados pelos oradores foram os seguintes: interpretar a história do Rio Grande do Sul com base na idéia de nacionalidade; escrever a história das lutas heróicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade; os sócios da Instituição deveriam estar animados por um único sentimento, o de amor à pátria²⁷. As elites sulinas, interessadas na liderança política do Rio Grande do Sul, fizeram uso da história "como escudo e bandeira de batalha" para conseguir seus objetivos. As duas correntes, lusitana e platina, defenderam a partir de então uma historiografia político-ideológica de alto teor nacionalista. .

Assim, a festa escrita do Centenário colocou de manifesto os progressos do Rio Grande do Sul que contrastavam com outras regiões afastadas da civilização; progressos alcançados de forma praticamente exclusiva pelo próprio Estado, graças especialmente ao regime republicano. Historiadores, acadêmicos e políticos trataram de dotar a Revolução Farroupilha de um caráter nacional, de defesa dos interesses dos brasileiros

²⁶ Idem, p. 145.

²⁷ Ibidem, p. 23-24.

contra a má administração monárquica. Os gaúchos sul-rio-grandenses deveriam ser considerados patrimônio do Brasil, pois ninguém lutara como eles em defesa da integridade territorial do país. Os intelectuais gaúchos não identificaram sua região com a monarquia que atacaram severamente; não veicularam a imagem de uma transição natural entre os dois regimes. A República era uma total ruptura com a monarquia caduca. Nesta coletânea de discursos do Centenário não há grandes passagens dedicadas ao Grito do Ipiranga ou a D. Pedro I. Aparecem com clareza as homenagens a José Bonifácio.

Estes intelectuais não esperavam muito do governo federal como acontecia no norte, no Centro Oeste ou em Santa Catarina. O Rio Grande do Sul havia progredido e dispunha da energia necessária para tomar iniciativas próprias sem esperar soluções do Rio de Janeiro. Como vimos, vários oradores presentes na comemoração do Centenário identificaram o desenvolvimento do seu Estado com os governos positivistas de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, campeões do progresso e da civilização; e olharam para a Campanha com preocupação ao deparar, cem anos após a Independência, traços da barbárie. “iar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem na frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo (...) foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação”.

Já na região de fronteira, onde conviviam uruguaio, sul-rio-grandenses, correntinos e paraguaio, trocas de tipo militar, econômico e simbólico teriam retardado a identificação com o Estado nacional brasileiro; daí a necessidade de criar mitos nacionais que com o tempo

permitieran reconocer en un uruguayo, correntino o paraguayo, un verdadero ‘otro’. Un extranjero. (...) la influencia que el corredor ejerció para el fortalecimiento del regionalismo *gaúcho* sólo irá desapareciendo cuando ciertos procesos de alcance nacional -como la progresiva formación de una estructura política centralizada, una nueva división nacional del trabajo, o la consolidación de un sistema de escolarización uniforme- lograran establecer las bases materiales mínimas para la gestación de un umbral de identidad sustentado en una memoria histórica capaz de trascender los héroes locales (...) e incorporar otros mitos fundadores más lejanos en el tiempo y verdaderamente deslocalizados²⁸.

Por outro lado, os federalistas refugiados no Uruguai faziam oposição ao PRR desde a guerra civil de 1893-95. Durante e após o conflito receberam apoio do governo uruguaio, de tal forma que os inimigos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros não eram apenas os federalistas, mas também os *colorados* uruguaio no poder. Diante disto, por um bom tempo a tática do PRR fora a de cooptar os ex-inimigos *blancos* para a causa do situacionismo gaúcho e de manter o Uruguai polarizado e enfraquecido. Mantendo-se tal estado de rivalidade extra-oficial entre o governo do Rio Grande do Sul e o Uruguai, o PRR reforçara seu Exército para defender-se de um possível ataque oposicionista ou mesmo de uma intervenção federal²⁹.

A Bahia, comemorando o 2 de Julho: entre civismo, candomblé e caboclos

Na Bahia as coisas são diferentes; haviam livrado uma forte batalha contra os portugueses entre 1822 e 1823; na época do Centenário da Independência do Brasil, igual que em Pernambuco, não se sentiram partícipes da comemoração, pois, como

²⁸ Julia Valeria Chindemi, "**Mercaderes, soldados, espías: morbus revolucionario y frontera internacional en Río Grande del Sur (1923-1930)**" in Em Tempo de Histórias. Revista dos Estudantes da Pós-Graduação em História da UnB, vol. 3, p. 13.

²⁹ Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel, "As bipolarizações políticas no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1893-1904): um caso sui generis de diplomacia marginal" in Sandra Maria Brancato & Albene Miriam F. Menezes (orgs.), **op. cit.**, pp. 47-59.

afirmaram, o Grito do Ipiranga não significava nada para eles. Na Bahia fizeram a grande festa a 2 de Julho de 1923. O **Diário da Bahia** assegurava que o Estado comemoraria muito a 7 de setembro de 1922, porém, apresentaria toda a sua alegria na celebração prevista para 2 de julho de 1923, porque só nessa data, Brasil completava o centenário da Independência, a custa da vida dos “nossos avós”. “Sacrifícios tamanhos quais os por eles feitos bem merecem a admiração dos posterios e justificam o orgulho de que a Bahia se possui, de haver cimentado, com o sangue dos seus filhos o vacillante edifício da independência nacional”³⁰. A imprensa baiana foi clara ao afirmar que comemorariam 7 de setembro de 1922 por decisão da Diretoria de Ensino Municipal que a 2 de agosto de 1922 convidou, por apelo do governo federal, nos desejos do governo municipal, a professores e delegados escolares para uma reunião a realizar-se a 31 de agosto, a fim de serem assentadas todas as resoluções tendentes às festas do Centenário da Independência³¹. A 1 de setembro de 1922, a seis dias da comemoração da grande data brasileira, **O Democrata** afirmava categoricamente que a Bahia não acompanharia a comemoração do Centenário da Independência, os faustos das festa que se efetuariam no Rio de Janeiro e São Paulo, onde dom Pedro I havia proclamado, às margens do Ipiranga, o seu grito legendário de Independência ou Morte. Segundo o jornal, essa decisão havia sido tomada a 20 de janeiro de 1920 pela Comissão Executiva do Centenário. Aí teriam se projetado a construção de vários monumentos em homenagem aos heróis de Cachoeira, Itaparica que deveriam ser levantados na Lapinha, em Pirajá, Funil e Cabrito³².

O **Diário de Notícias**, a 05/09/1922, publicou uma matéria: “A César o que é de César”. Dizia que embora se pense em tirar da Bahia aquilo que lhe pertencia, jamais o

³⁰ **Diário da Bahia**, Salvador, 09/09/1922.

³¹ **O Democrata**, Salvador, 31/08/1922.

³² **Ibid**, 01/09/1922.

conseguirão, porque a justiça da história aí estava para afirmar que no pedestal da glória, onde se erige a coluna memorável da nossa emancipação política, a Bahia ocupa, muito justa e merecidamente, a cúspide do monumento. “Que a Bahia foi a heroína da nossa Independência atestam o patriotismo de Maria Quitéria de Jesus Medeiros e as pugnas cruentas de 7 de janeiro em Itaparica, de 25 de julho em Cachoeira e o valor dos nossos bravos nos campos de Cabrito, Funil e Pirajá; que a Bahia foi mártir na Independência, afirma o sangue de nossos avós, tantas vezes derramado, nas legiões de Labatut e de Lima e Silva; dil-o ainda, o sangue augusto e glorioso de Joanna Angélica, no Convento de Lapa...”³³. O mesmo jornal, no seu afã por desconhecer o lugar da memória proposto desde o Rio de Janeiro, afirmou que, o título dado a Pedro I, de Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, dava uma impressão de incoerência esquisita. As opiniões estavam divididas, entendendo alguns, como os liberais bombásticos de 1830, que ele havia sido ventoinhas e tirano, e outros que não passou de um misero títere nas mãos hábeis dos chefes de corrilhos políticos do seu tempo. “Filho de espanhola e português, creado sob solo americano, sem recursos de ilustração, desabrido, mediano em tudo: parte dolido, Rei em parte, em parte ‘condotiére’-observa Euclides da Cunha- D. Pedro sofreu na sua existência aventureira todas as conseqüências herdadas aos avós, loucos, biliosos, sendo que a própria chronica secreta da corte de D. João VI, (dá a conhecer) os amores famintos da Rainha Carlota Joaquina, uma nymphomaniaca; documenta fartamente o estudo (...) Admitia facilmente a intimidade de favoritos e cortesãos, sem escrúpulo”. Depois de relatar as aventuras amorosas de d. Pedro I, o jornal discorre sobre uma amante em especial: D. Domitilla de Castro, feita Marquesa de Santos; a vida íntima do imperador, havia se tornado àquela época uma tempestade de mãos sucessos e escândalos. Dama de honra da Imperatriz, a Marquesa de Santos, teria colocado aos seus irmãos nos postos mais

³³ **Diário de Notícias**, 05/09/1922.

elevados do Exército. “A autopsia do cadáver, morto no paço de Queluz, em 1834, explica seus actos: o coração e o fígado hypertrophiados, o pulmao esquerdo denegrido, friável, sem apparencia vesicular quase todo, apenas uma pequena porção da parte superior permeável ao ar, os rins, com cálculos, inconsistentes, esbranquiçados, o baço umollecido, a desfazer-se uma cadeia de fuzis pathologicos...”. Segundo o jornal, esse quadro mostrava a procedência do sujeito, filho de uma “mãe desequilibrada, duma família de loucos...”; isso levava a fortalecer a hipótese de que D. Pedro “foi um louco superior (...) os seus actos nasceram do desequilibrios nervosos, que o faziam cruel, infractavel por vezes, incoherente, faminto de amores physicos, mas de bom coração, sempre e sempre altivo e magnânimo”³⁴.

O Centenário da Independência do Brasil, comemorado a 7 de Setembro de 1922, foi noticia em todos os jornais: a festa cívica, os desfiles, a parada militar, etc. Porém, sempre lembraram que a data da comemoração do Centenário da Bahia não havia chegado, mas que se aproximava rapidamente. A 11 de setembro de 1922, o **Diário de Noticias**, numa grande manchete comunicava os baianos: “Terminaram as festas da liberdade NA BAHIA”. E num grande marco afirmava: “Depois do Centenário do ‘Grito da Independencia’ esta cidade, em 1923, sagrar-se-á a epopéia de Dois de Julho”. Por sua parte, **O Imparcial**, a 7 de setembro de 1922, destacou um grande título: Um século de Independência. Bahia aos heróis de 1823, e publicou uma enorme fotografia do Monumento ao 2 de Julho. A mesma fotografia que ilustrou as páginas onde o jornal comemorou quase um ano depois³⁵. **Renascença** informou também sobre os festejos desenvolvidos no dia 7 de Setembro, disse que os desfiles terminariam no Monumento ao 2 de Julho³⁶. Ratificou que, “no ano por vir, a Bahia a quem coube a tarefa de libertar

³⁴ **Diário de Noticias**, 06/09/1922.

³⁵ **O Imparcial**, 05/07/1923.

³⁶ **Renascença**, 30/09/1922.

o Brasil do jugo das cortes de Lisboa, a preço de muito sangue e lágrimas sem conto, celebrará o primeiro aniversário de sua emancipação definitiva. O dia da Liberdade será sempre, para ella, 2 de Julho de 1823”³⁷. Por sua parte, a **Revista da Bahia**, fez duras críticas ao Centenário, na medida que atacou frontalmente o governo do Presidente Epitácio Pessoa, acusado da intervenção em Pernambuco, desvio de dinheiro do Estado e de corrupção generalizada. Era uma vergonha comemorar em estado de sitio, vergonha não haver podido comemorar cem anos de Independência em paz, suspensas as garantias constitucionais de “nosso povo”, concluía³⁸. Porém, não apenas jornais e jornalistas criticaram 7 de Setembro e enalteceram 2 de Julho, intelectuais também aproveitaram o calor das festas que se aproximavam, para fazer os seus balanços: em 1921 Braz do Amaral, assegurou que a integridade nacional foi garantida na Bahia, em 1823, com sangue, enquanto no sul o esforço patriótico foi resumido aos vivas e salões enfeitados para receber o imperador³⁹.

Com antecedências as ruas e praças da cidade de Salvador começaram a ser enfeitadas e cuidadas para dar passagem ao desfile centenário a 2 de Julho de 1923; os jornais não deixavam de mencionar todos os projetos da Prefeitura e de pessoas particulares que lutavam para que a festa tivesse o maior brilho possível. **O Diário de Notícias** anunciava que a Rua da Lapa seria renomeada com o da grande figura, heroína da Independência: Joana Angélica, a freira que havia dado a vida para salvar soldados atacados pelos portugueses quando abriu as portas do convento para alojá-los⁴⁰. Os lugares estratégicos por onde passaria o desfile foram reformados, a Praça Castro Alvos onde se havia levantado a estatua do grande literato, poeta dos escravos, cuja imagem dominava, desde a Cidade Alta, a Baía de Todos os Santos. **O Imparcial**, afirmava que

³⁷ Ibid.

³⁸ **Revista da Bahia**, 07/09/1922.

³⁹ Braz do Amaral. **Recordações Históricas**. Porto: Typografia Econômica, 1921

⁴⁰ **Diário de Notícias**, Salvador, 24/05/1923.

todos os Kiosques seriam varridos das praças da cidade, especialmente daquela⁴¹. A 6 de julho, a cidade rendeu homenagens ao ilustre poeta e foram colocadas coroas na base do monumento, “que ficou logo cercado do povo” concluía **O Imparcial** a 07/07/1923. Ruas velhas foram demolidas e casarões antigos pintados para dar mais esplendor à festa; a iluminação estava magnífica, assegurava o **Diário de Notícias**, “Vista do mar, oferece uma nova feição, à noite à cidade, destacando-se a fila dos postes iluminativos”⁴². A 03 de julho, uma das maiores atrações foi a festa ao Senhor do Bomfim, que veio de Itapagipe até à cidade por mar. **O Democrata** supunha que o cortejo que acompanhou a imagem até o templo que leva o nome do santo, seria em torno de 80.000 fieis⁴³. Todas as instituições se uniram para festejar a grande data, o **Diário Oficial da Bahia** publicou uma edição Especial, em comemoração ao 2 de Julho; dava conta de todo o processo histórico do Estado, sua economia, os homens da política, etc.⁴⁴. Os jornais publicaram odes à pátria, hinos, estrofes, alegorias, fotografias das heroínas da Independência, especialmente Maria Quitéria e Joanna Angélica; todos os lugares de memória foram enunciados, discursados, percorridos; vários monumentos levantados, desde Cachoeira, passando por Itaparica até Salvador. O monumento ao 2 de Julho foi honrado com visitas, romarias e muitas flores. O grandioso cortejo cívico e militar foi organizado para, saindo da Lapinha, onde se levantou uma coluna a Labatut, herói da Independência, partiu em direção ao Campo Grande, aí se encontrava o Monumento ao 2 de Julho; passou pela Soledade, São José de Cima, Perdões, Quintandilha, Conceição do Boqueirão, Cruz do Pascoal, Carmo, Pelourinho, Portões do Carmo, Praça 15 de Novembro, Misericórdia, Praça Rio Branco, Rua Chile, Praça

⁴¹ **O Imparcial**, Salvador, 02/06/1923.

⁴² **Diário de Notícias**, Salvador, 14/06/1923. Ver também *A Tarde*, Salvador, 30/06/1923.

⁴³ **O Democrata**, Salvador, 07/07/1923.

⁴⁴ **Diário Oficial do Estado da Bahia. Edição Especial, 1821-1923.**

Castro Alves, Ladeira de S. Bento, Avenida 7 de Setembro, até concluir no Campo Grande.

É interessante mostrar a forma como a Bahia recreou o 2 de Julho e sobre-dimensionou os fatos em torno da sua Independência, que para eles, era a Independência do Brasil. Por estudos realizados sobre a história do 2 de Julho podemos constatar que a festa tem se comemorado desde a década de 1820, anos após o Grito de Independência ou Morte de Pedro I. As personagens símbolo da comemoração são um par de caboclos, em princípio um de sexo masculino que se incorporou à comemoração desde 1826. Depois da batalha de Pirajá em 1823, os baianos lhes tomaram uma carreta aos portugueses, transformando-a em troféu, a qual enfeitaram com folhas de café, cana, fumo, simbolizando os frutos da terra. Sobre ela colocaram um descendente indígena. Posteriormente, este foi substituído pela escultura de um índio, simbolizando a raça brasileira. “Um novo carro foi encomendado em 1840 para transportar a figura da cabocla, uma representação de Catarina Paraguaçu, a índia que teria se casado com o lendário Caramuru, selando assim a aliança entre portugueses e nativos”⁴⁵. A pergunta é por que essa festa tem congregado toda a sociedade baiana, desde os negros ainda escravos na era Imperial, até a classe alta de Salvador. Podemos afirmar que 2 de Julho tem feito da Bahia uma verdadeira Nação, congregada em torno de um único lugar de memória, representado pela data e os heróis envolvidos na trama pela Independência. Estes fatos contrastam com a memória em torno do 7 de Setembro de 1822 que, até 1922, ainda não havia sido o suficientemente afirmada como o centro da nacionalidade, da brasilidade. A través deste trabalho tentamos mostrar como, cem anos após à sua Independência o Brasil não havia sido capaz de congrega os brasileiros em torno de

⁴⁵ Wlamyra R. de Albuquerque, “Patriotas, festeiros, devotos... As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)” in Maria Clementina Pereira Cunha. **Carnavais e outras frestas. Ensaio de história social da cultura**. São Paulo: Unicamp, 2002, pp. 157-203.

apenas uma memória coletiva, esta se mostrou dividida em volta de muitos lugares. Seria trabalho futuro mostra por que esse lugar de memória chamado 2 de julho tem sido tão aceito e penetrado assim na memória coletiva dos baianos. De momento, pelos trabalhos realizados por João José Reis⁴⁶, Wlamyra Albuquerque, Jocélio Teles dos Santos, dentre outros, podemos assegurar que os baianos associaram as figuras religiosas do candomblé, onde aparecem figuras de caboclos, com os do 2 de Julho. “A familiaridade simbólica entre as entidades do candomblé e os símbolos da Independência leva-nos a pensar sobre a complexidade dos cruzamentos culturais que ganhavam nitidez nas comemorações do Dois de Julho”⁴⁷. Segundo Jocélio Teles dos Santos: “Apesar de haver uma diferença conceitual entre o caboclo da Independência e o caboclo do candomblé há um parentesco simbólico entre ambos, na medida em que o sentido de continuidade entre os índios da Independência e o ‘dono da terra’, como é expresso no espaço litúrgico, adquire uma dimensão política”⁴⁸

Assim, também vale a pena lembrar que desde o começo, os negros se identificaram com a Independência baiana, como uma forma de exigir a sua. São importantes as figuras da cabocla e as heroínas da Independência: Joanna Angélica e Maria Quitéria, símbolos do feminino, que contrastam com os lugares e heróis da Independência nacional, propostos desde o Rio; chocam com a figura ativa de D. Pedro I, representante apenas dos homens brasileiros. Nestes símbolos nacionais não aparecem mulheres, nem heróis pobres como nas figuras baianas. Os lugares da memória aqui na Bahia aparecem claramente demarcados: Cachoeira, Itaparica, Cabrito, Pirajá e Funil; assim como outros na área urbana de Salvador onde se realizam os desfiles, tais como A Lapinha e Campo Grande.

⁴⁶ João José Reis. **A morte é uma festa**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁴⁷ Wlamyra R. de Albuquerque, op. Cit., p. 163.

⁴⁸ Jocélio Teles dos Santos. **O dono da terra – A presença do caboclo nos candomblés**. Salvador: Sarah Letras, 1995, pp. 31-42.